



TABELA DE TURNO

Mediação fechada e acordo assinado

Após dois anos de construção da nova Tabela de Turno da REDUC e UTE-GLB, no dia 05/11 foi assinado o Acordo Coletivo entre o Sindipetro Caxias e a Petrobrás que regra a nova Tabela 4x6 e o Regime de Trabalho de 12 horas aprovado pelos petroleiros em assembleia. Em sequência, no dia 09/11, o juiz do TST publicou a decisão judicial:

“O acordo só foi possível com o esclarecimento que ora se faz, no sentido de que o § 2º da cláusula 4ª do referido acordo não impede que os empregados com ações individuais prossigam em suas demandas, em face de situações pessoais em desalinho com as tabelas reconhecidas como legais no

referido parágrafo, nem impede o ajuizamento de novas ações em que se discuta o descumprimento da lei ou dos acordos.

Nesses termos, HOMOLOGO o acordo juntado aos autos pelas partes litigantes na presente reclamação e EXTINGO O FEITO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 487, III, b, do CPC.”

Lembrando que a minuta aprovada nas assembleias realizadas entre os dias 30/10 e 05/11, tem o texto já com a mediação realizada pelo TST, onde a interpretação que o ministro deu ao parágrafo 2º da cláusula quarta, garantiu aos trabalhadores a manutenção das ações

judiciais relacionadas ao tema.

Sendo assim, a Tabela 4x6 garantida pela liminar conquistada pelo jurídico do Sindipetro Caxias em março deste ano continua valendo para todos os petroleiros e petroleiras da REDUC e UTE-GLB, agora com acordo assinado pelo Sindipetro Caxias e Petrobrás.

Acesse esses dados no site: www.sindipetrocaxias.org.br



ELEIÇÃO NO SINDIPETRO CAXIAS

No dia 26 de outubro, aconteceu a audiência virtual do processo judicial que suspendeu a votação da eleição do Sindipetro Caxias, onde ficou acordado entre as partes a realização de eleições presenciais de 14 a 20 de março de 2022, com apuração dia 21 de março e posse no dia 09 de abril.

A ação movida pela Comissão Eleitoral às vésperas da votação, em março de 2021, requeria ao juiz desmarcar a votação na data estipulada no Edital de convocação

das eleições e determinando que ocorresse nos dias por ela determinados.

A juíza por sua vez, suspendeu a eleição, mas garantiu ao sindicato que apresentasse sua defesa, e por isso não acolheu liminarmente os pedidos de elaboração da eleição na forma pretendida pela Comissão Eleitoral no processo judicial.

Também ficou acordado na audiência do dia 26/10 a “realização de eleição sem regimento eleitoral, na forma do estatuto; a lista de

eleitores é a que já é conhecida e que consta no site do sindicato; a presença da comissão eleitoral durante todos os dias da semana de votação; as partes acordam a garantia da autonomia da comissão conforme artigo 27 do estatuto e da direção nos termos do art. 25”.

Entenda o histórico do processo judicial da eleição divulgado no boletim UN773 (<https://sindipetrocaxias.org.br/boletins/un773.pdf>) Leia a decisão na íntegra em sindipetrocaxias.org.br.



INSEGURANÇA NO TRANSPORTE

Em outubro os trabalhadores da REDUC e do TECAM passaram por momentos de terror no trajeto de volta para suas casas após a jornada de trabalho, quando foram surpreendidos por bandidos que roubaram a van levando os petroleiros como reféns e depois os abandonando no meio do caminho e tiveram seus pertences roubados. Por sorte não houve feridos.

A direção do Sindipetro Caxias já cobrou providências à gerência da REDUC quanto ao acompanhamento psicológico destes trabalhadores e uma solução para uma nova rota mais segura para todos.

O Sindicato continuará acompanhando e exigindo as melhorias no transporte, com foco na segurança. As denúncias devem ser feitas à secretaria do Sindipetro Caxias ou com um(a) diretor(a).



PREVIDÊNCIA SOCIAL

PPP ELETRÔNICO

A partir do dia 3 de Janeiro de 2022, o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) passará a ser um documento eletrônico por meio do eSocial. A medida foi divulgada por meio da Portaria/MTP nº 313.

O PPP é um documento com o histórico laboral do trabalhador, em que constam, inclusive, os registros de eventual exposição a agentes nocivos. Atualmente, o seu fornecimento ainda ocorre por meio físico, através do preenchimento do formulário.

Nesse sentido, a portaria regulamenta os procedimentos para a mudança de maneira gradativa, conforme cronograma de implantação dos registros do PPP por meio do eSocial. O cronograma de implantação divide as empresas em grupos, sendo o grupo 1 composto por cerca de 13 mil empresas.

As informações constantes no documento ficarão disponíveis ao segurado por meio dos canais digitais do INSS. Dessa forma, o PPP em meio eletrônico vale para todos os segurados, independentemente do ramo de atividade da empresa e da exposição a agentes nocivos.

Segundo a portaria, para os períodos anteriores ao início da obrigatoriedade do PPP em meio eletrônico, permanece a obrigação de fornecimento do segurado do PPP em meio físico. Além disso, a identificação do trabalhador ocorrerá por meio do número de CPF, dispensada a indicação de outros documentos de identificação.



NOVEMBRO AZUL

Mês de combate ao
câncer de próstata

**CUIDAR DA SAÚDE
TAMBÉM É COISA DE HOMEM!**

INSEGURANÇA NA CCL DA U1520/30/40



A direção compareceu no dia 8/11 na REDUC para averiguar a denúncia sobre uma rachadura na laje da CCL das U's 1520/30/40 e

conversar com os trabalhadores sobre o problema.

A empresa já foi oficiada no sentido de solicitar o reparo da

estrutura, o fornecimento de laudo técnico e a movimentação dos trabalhadores e trabalhadoras até que seja garantida a sua segurança.

“(...)A direção do Sindipetro Caxias solicita que diante do possível risco de desabamento - à exemplo do que ocorreu com o TQ-33001, na U-3300 (URE) no ano de 2016 - os trabalhadores sejam realocados para postos de trabalhos seguros até que se tenha a garantia da integridade estrutural da CCL com uma avaliação pela engenharia civil (com emissão de laudo técnico); solicitamos também que sejam informadas aos trabalhadores as reais condições físicas das estruturas civis e que concomitantemente sejam realizados reparos para impedir o avanço da fadiga estrutural do teto, disponibilizando o cronograma da obra tanto ao Sindipetro Caxias quanto aos trabalhadores das unidades acima referidas(...)”

Também foi recomendado pelo Sindipetro Caxias à gestão respon-

sável que seja feita uma abrangência para verificar a integridade

estrutural das demais CCLs da refinaria.

AÇÃO CIVIL PÚBLICA COBRA A SUSPENSÃO IMEDIATA DA ELEIÇÃO DA APS

Desde o ano passado, a FUP e seus sindicatos vêm travando uma batalha judicial contra a criação da APS, que a Petrobrás tenta legitimar através da eleição para os Conselhos Deliberativo e Fiscal, que nada mais é do que um jogo de cartas marcadas.

Desta forma, as entidades que representam os trabalhadores do Sistema Petrobrás - FUP, FNP e SINDMAR (o Sindicato Nacional dos Oficiais da Marinha Mercante) - ingressaram com Ação Civil Pública, cobrando a suspensão imediata da eleição em curso para os Conselhos Deliberativo e Fiscal da

Associação Petrobrás Saúde (APS), cujo pleito estava previsto para ter início no dia 05/11.

Na ACP, os petroleiros colocam sob suspeita o regulamento e a comissão eleitorais, denunciam a manipulação e alteração do calendário eleitoral, entre outras irregularidades, como a “usurpação de competência da Assembleia Geral para disciplinar a realização das eleições, reduzida à mera apuração dos votos” e “ilícitas restrições de natureza regulamentar ou infraestatutária - com prejuízos à efetiva disputa eleitoral, em contrapartida à potencial eleição de dirigentes

ilegitimamente eleitos”. A Ação também contesta a Assembleia de constituição da APS.

Para a FUP e demais proponentes da ação, a eleição é um jogo de cartas marcadas, que tem por objetivo legitimar a APS, criada ao arrepio da lei, à revelia dos trabalhadores, através de um processo suspeito que foi conduzido pelo ex-gerente executivo de Recursos Humanos da Petrobrás, Claudio Costa, demitido por ter feito uso de informações privilegiadas para se beneficiar financeiramente em uma operação milionária de venda de ações da companhia. Fonte: FUP

CONSELHEIRO TOMA POSSE NO CA DA TRANSPETRO

Após uma longa batalha, Homero Pontes finalmente ocupará a vaga dos trabalhadores no Conselho de Administração da Transpetro

Quando foi eleito para o Conselho de Administração da Transpetro, em fevereiro de 2020, o petroleiro Felipe Homero Pontes jamais pensou que enfrentaria uma via-crúcis para fazer valer os mais de 1.200 votos que recebeu dos trabalhadores nos dois turnos da eleição.

Passados mais de 20 meses após sua vitória nas urnas, ele, finalmente, terá a posse homologada nos próximos dias. Foi uma longa batalha que resultou em um acordo com o jurídico da Petrobrás, após denúncias encaminhadas por Homero ao presidente da empresa, Joaquim Silva e Luna, relatando as arbitrariedades cometidas pela antiga gestão na tentativa de impedir o seu ingresso no CA da Transpetro.

A FUP e seus sindicatos denunciaram as arbitrariedades da gestão da Transpetro de tentar impedir no tapetão a posse de um representante dos trabalhadores. “Por trás desta manobra está a intenção de afastar a categoria do principal fórum de decisão da empresa e, assim, os gestores ficarem livres para acelerar e intensificar o processo de desmonte e de privatização do Sistema Petrobrás. Mas, nós não vamos permitir esse descabro. Daremos todo apoio e suporte a Homero para que os votos que recebeu da categoria sejam respeitados e sua posse garantida”, afirmou, na época, o coordenador da FUP, Deyvid Bacelar.

Esta não foi a primeira vez que conselheiros eleitos do Sistema Petrobrás enfrentaram a resistência da gestão para assumir a vaga dos trabalhadores nos Conselhos de Administração. Em 2018, a Petrobrás já havia tentado impedir a nomeação de Danilo Silva, que teve que brigar muito para assumir a cadeira no CA da empresa, após renúncia do então conselheiro eleito, Christian Alejan-



dro Queipo. A direção da estatal também tentou embaraçar a posse de Fabiana dos Anjos no Conselho da Transpetro, eleita em agosto de 2017, mas que só teve a posse homologada no final de dezembro daquele ano, após pressão da FUP e dos seus sindicatos.

Homero já está organizando um calendário de conversas em formato de lives com aos trabalhadores para relatar tudo o que aconteceu e como ficará o seu mandato nos próximos anos. “Vamos explicar com toda a transparência como se deu esse processo, a importância de termos garantido o mandato que nos foi delegado pelos trabalhadores e o papel que a categoria terá na construção desse espaço coletivo”, afirma o conselheiro.



SINDICATO RETOMA ATIVIDADE AO PÚBLICO

Tendo em vista a queda nos números de mortes por COVID-19 no Rio de Janeiro e a vacinação completa de grande parte da população, o Sindipetro Caxias comunica aos seus associados que a atividade presencial da secretaria retornou em horário comercial, 9h às 18h, de segunda a sexta-feira.

A secretaria de aposentados e pensionistas também já está com atendimento presencial para questões relacionadas à AMS, PETROS e Benefício Farmácia.

Os plantões jurídicos permanecem exclusivamente por telefone, assim como as reuniões dos aposentados permanecem de maneira virtual.

Estamos aguardando posicionamento da Petrobrás com relação às homologações presenciais das aposentadorias, mas o sindicato está pronto para assim que a empresa se dispuser a realizar dessa maneira. Por enquanto, as homologações continuam apenas de maneira virtual.

A direção segue todos os protocolos de segurança, sendo proibida a entrada de pessoas sem máscara e não vacinadas na sede do Sindicato. É indispensável a apresentação do comprovante de vacinação para atendimento. A segurança de todos em primeiro lugar.